

COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO 6979-30_43701_R_E1_20222 CONTEÚDO

Revisar envio do teste: QUESTIONÁRIO UNIDADE II

Usuário

Curso

COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO

Teste

QUESTIONÁRIO UNIDADE II

Iniciado

09/08/22 23:17

Enviado

09/08/22 23:18

Status

Completada

Resultado da
tentativa

5 em 5 pontos

Tempo decorrido

0 minuto

Resultados
exibidos

Todas as respostas, Respostas enviadas, Respostas corretas, Comentários, Perguntas respondidas incorretamente

Pergunta 1

0,5 em 0,5 pontos



Leia o texto.

Texto 1**Justiça ou vingança?****Maria Rita Kehl**

“Sou obrigada a concordar com Friedrich Nietzsche: na origem da demanda por justiça está o desejo de vingança. Nem por isso as duas coisas se equivalem. O que distingue civilização de barbárie é o empenho em produzir dispositivos que separem um de outro. Essa é uma das questões que devemos responder a cada vez que nos indignamos com as consequências da tradicional violência social em nosso país.

Escrevo ‘tradicional’ sem ironia. O Brasil foi o último país livre no Ocidente a abolir a prática bárbara do trabalho escravo. Durante três séculos, a elite brasileira capturou, traficou, explorou e torturou africanos e seus descendentes sem causar muito escândalo.

Joaquim Nabuco percebeu que a exploração do trabalho escravo perverteria a sociedade brasileira – a começar pela própria elite escravocrata. Ele tinha razão.

Ainda vivemos sérias consequências desse crime prolongado que só terminou porque se tornou economicamente inviável. Assim como pagamos o preço, em violência social disseminada, pelas duas ditaduras – a de Vargas e a militar (1964 a 1985) – que se extinguíram sem que os crimes de lesa-humanidade praticados por agentes de Estado contra civis capturados e indefesos fossem apurados, julgados, punidos.

Hoje, três décadas depois de nossa tímida anistia ‘ampla, geral e irrestrita’, temos uma polícia ainda militarizada, que comete mais crimes contra cidadãos rendidos e desarmados do que o fez durante a ditadura militar.

Por que escrevo sobre esse passado supostamente distante ao me incluir no debate sobre a redução da maioria penal? Porque a meu ver, os argumentos em defesa do encarceramento de crianças no mesmo regime dos adultos advêm dessa mesma triste ‘tradição’ de violência social.

É muito evidente que os que conduzem a defesa da mudança na legislação estão pensando em colocar na cadeia, sob a influência e a ameaça de bandidos adultos já muito bem formados na escola do crime, somente os ‘filhos dos outros’.

Quem acredita que o filho de um deputado, evangélico ou não, homofóbico ou não, será julgado e encarcerado aos 16 anos por ter queimado um índio adormecido, espancado prostitutas ou fugido depois de atropelar e matar um ciclista?

Sabemos, sem mencioná-lo publicamente, que essa alteração na lei visa apenas os filhos dos ‘outros’. Estes outros são os mesmos, há 500 anos. Os expulsos da terra e ‘incluídos’ nas favelas. Os submetidos a trabalhos forçados.

São os encarcerados que furtaram para matar a fome e esperam anos sem julgamento, expostos à violência de criminosos perigosos. São os militantes desaparecidos durante a ditadura militar de 1964-85, que a Comissão da Verdade não conseguiu localizar porque os agentes da repressão se recusaram a revelar seu paradeiro.

Este é o Brasil que queremos tornar menos violento sem mexer em nada além de reduzir a idade em que as crianças devem ser encarceradas junto de criminosos adultos. Alguém acredita que a medida há de amenizar a violência de que somos (todos, sem exceção) vítimas?

As crianças arregimentadas pelo crime são evidências de nosso fracasso em cuidar, educar, alimentar e oferecer futuro a um grande número de brasileiros. Esconder nossa vergonha atrás das grades não vai resolver o problema.

Vamos vencer nosso conformismo, nossa baixa estima, nossa vontade de apostar no pior – em uma frase, vamos curar nossa depressão social. Inventemos medidas socioeducativas que funcionem: sabemos que os presídios são escolas de bandidos. Vamos criar dispositivos que criem cidadãos, mesmo entre os miseráveis – aqueles de quem não se espera nada.”

Texto 2

A favor da redução da maioridade penal

**EM CASOS DE EXCEPCIONAL GRAVIDADE, É PRECISO UMA PUNIÇÃO MAIS EFICAZ
AO MENOR INFRATOR DO QUE AQUELAS PRECONIZADAS PELO ESTATUTO DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Aloysio Nunes Ferreira

02/04/2015

“No dia 31 de março, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou a admissibilidade de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que pretende reduzir a maioridade penal de 18 para 16 anos. Pela primeira vez, um órgão parlamentar reconhece que a matéria não afronta a Constituição e pode continuar sua tramitação no Congresso Nacional, permitindo ampliar o debate sobre essa questão tão delicada e polêmica.

Concordo com o parecer da CCJ da Câmara. A redução da imputabilidade penal, hoje fixada em 18 anos pelo Artigo 228 da Constituição, pode ser alterada por emenda à Carta, uma vez que não está entre os direitos e garantias individuais elencados no Artigo 5º, esses, sim, imutáveis.

Superada a questão da constitucionalidade, trata-se, agora, de discutir o mérito da proposta. Deverão os delitos cometidos por jovens entre 16 e 18 anos, independentemente de sua gravidade, do grau de discernimento e periculosidade de seus autores, serem sancionados tão somente pelas medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), entre as quais a internação por no máximo três anos? Ou será preciso buscar uma maior correspondência entre as condições do delito e a gravidade das punições? Faz um ano, um jovem brasileiro matou sua namorada com um tiro no rosto, pretextando ciúmes. Filmou o assassinato com o celular, compartilhou as imagens nas redes sociais e ocultou o cadáver. Faltava apenas um dia para ele completar 18 anos. Preso no dia seguinte, foi julgado com base no ECA e será posto em liberdade quando completar 21 anos, sem que nada conste em sua folha de antecedentes. Caso o crime tivesse ocorrido um dia depois, já aos 18 anos, não escaparia de uma condenação com base no Código Penal por homicídio

muitas vezes qualificado. Poderia permanecer no cárcere por 30 anos.

Fatos como esse, ainda que felizmente não sejam frequentes, exigem maior adequação do sistema penal aos dias de hoje. Por que, então, a redução para 16 anos? A partir dos 16 anos, o jovem vota se quiser, seu testemunho é aceito em juízo e pode ser emancipado, inclusive sem consentimento dos pais, se tiver economia própria. O Direito brasileiro reconhece, assim, que a partir dos 16 anos o adolescente tem condições de assumir a responsabilidade pelos seus atos.

Por isso é legítimo o debate que se abre agora: redução pura e simples da idade-limite para a aplicação da lei penal para os 16 anos (nos termos da proposta da Câmara dos Deputados) ou a redução da maioridade penal apenas em casos de excepcional gravidade, conforme emenda que apresentei ao Senado.

Reconheço os riscos de legislar sob o clamor público e, justamente por isso, apresentei, ainda em 2012, quando o assunto não estava estampado nas manchetes, uma PEC que oferece um 'caminho do meio' a essa discussão. Minha proposta mantém a regra geral da imputabilidade aos 18 anos, mas permite sua redução em casos excepcionais, mediante uma criteriosa análise do juiz e do Ministério Público, perante a Vara da Infância e da Juventude. Chamo essa análise de 'incidente de desconsideração da inimputabilidade penal'.

Dessa maneira, diante de uma denúncia envolvendo um menor de 18 e maior de 16 anos, que tenha cometido uma infração capaz de ser enquadrada como crime hediondo ou múltipla reincidência de lesão corporal grave e roubo qualificado, o juiz fará, a partir de um pedido do promotor de justiça, uma avaliação, mediante exames criteriosos e laudos técnicos de especialistas, do grau de discernimento sobre o caráter ilícito do seu ato. Em caso afirmativo, o juiz da Infância e da Juventude poderia decretar a sua imputabilidade e aplicar a ele a lei penal. Condenado, o menor, acima de 16 anos, somente poderia cumprir a sentença em estabelecimento especial, criado especificamente para o cumprimento de penas por esse tipo de criminoso juvenil, isolado dos demais presos comuns.

Trata-se de uma solução intermediária e prudente, pois reconhece, a um só tempo, a evolução da sociedade moderna e um problema efetivo de criminalidade envolvendo menores. Minha PEC não foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado por uma escassa maioria, o que revela quanto o Legislativo está dividido. Alguns senadores e eu recorreremos ao Plenário, onde minha PEC ainda será apreciada, desde que o presidente Renan Calheiros cumpra seu compromisso de submetê-la à votação. Apesar do calor da emoção, não podemos admitir que argumentos radicalizados impeçam o debate. Dizer que a redução da maioridade penal afronta garantias fundamentais e cláusulas pétreas é interpretar a Constituição com visão limitada, fugindo ao debate pela saída mais conveniente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei justa e generosa, ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção. Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que isso não se justifica. Os poderes públicos, inclusive o Judiciário, estão em dívida com a sociedade por conta da inobservância do estatuto em sua integralidade.

Reconheço que a punição não é o único remédio para a violência cometida pelos jovens. Evidentemente, políticas sociais, educação, prevenção, assistência social são medidas que, se aplicadas no universo da população jovem, terão o condão, efetivamente, de reduzir a violência. Mas, em determinados casos, é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente."

Com base na leitura, avalie as afirmativas.

I. No texto I, infere-se que, para a autora, a criminalidade tem causa nos problemas sociais e o desejo de vingança fundamenta a ideia da redução da maioria penal, que não resolveria o problema da violência no Brasil.

II. No texto II, o autor afirma a constitucionalidade da redução da maioria penal e defende a ideia de que os crimes mais graves cometidos por jovens entre 16 e 18 anos devem ser avaliados de forma mais rígida.

III. Na argumentação, a autora do texto I vale-se da exposição de fatos históricos, e o autor do texto II apresenta um exemplo.

IV. Os dois textos são classificados como artigo de opinião, com estrutura argumentativa.

É correto o que se afirma em:

Resposta Selecionada: ☒ a. I, II, III e IV.

Respostas: ☒ a. I, II, III e IV.

b. I e II, apenas.

c. II e III, apenas.

d. I, II e III, apenas.

e. I, II e IV, apenas.

Comentário da resposta:

Resposta: A

Comentário: a autora do primeiro texto mostra-se contrária à redução da maioria penal e apoia-se nas desigualdades históricas da formação da sociedade brasileira para defender seu ponto de vista. O autor do segundo texto aponta a necessidade de leis mais rígidas para os crimes mais graves cometidos pelos jovens entre 16 e 18 anos. Para defender seu ponto de vista, apresenta um caso de homicídio cometido por um rapaz de 17 anos. Os dois textos são artigos de opinião, com estrutura argumentativa.

Pergunta 2

0,5 em 0,5 pontos



Leia o texto e analise as afirmativas.



Extra, extra. Este macaco é humano.

Não somos tão especiais

“Todas as características tidas como exclusivas dos humanos são compartilhadas por outros animais, ainda que em menor grau.

INTELIGÊNCIA

A ideia de que somos animais racionais tem sido destruída desde os anos 40. A maioria das aves e mamíferos tem algum tipo de raciocínio.

AMOR

O amor, tido como o mais elevado dos sentimentos, é parecido em várias espécies, como os corvos, que também criam laços duradouros, se preocupam com o ente querido e am de luto depois de sua morte.

CONSCIÊNCIA

Chimpanzés se reconhecem no espelho. Orangotangos observam e enganam humanos distraídos. Sinais de que sabem quem são e se distinguem dos outros. Ou seja, são conscientes.

CULTURA

O primatologista Frans de Waal juntou vários exemplos de cetáceos e primatas que são capazes de aprender novos hábitos e de transmiti-los para as gerações seguintes. O que é cultura senão isso?”

Fonte: BURGIERMAN, D. **Superinteressante**, nº 190, jul. 2003.

I - A tese do autor é de que não há diferenças entre o homem e o macaco.

II - O autor vale-se do argumento de autoridade para defender seu ponto de vista.

III - A fotografia tem papel na sustentação da tese, pois atua como um argumento com base no real.

É correto o que se afirma em:

Resposta Selecionada:

☒ b. II e III.

Respostas:

a. I, II e III.

☒ b. II e III.

c. I e III.

d. I e II.

e. II, apenas.

Comentário da resposta:

Resposta: B

Comentário: o autor não afirma que não há diferenças entre o homem e o macaco. Sua tese é a de que o ser humano não é superior em alguns quesitos, como acredita o senso comum. Na argumentação, ele cita um primatologista e a fotografia mostra o macaco em postura e atividades humanas.

Pergunta 3

0,5 em 0,5 pontos



Considere o post e analise as alternativas.



Agora mesmo



Trabalho desde os meus 15 anos e nunca fiquei desempregada essa historia de que não existe empregos é desculpa de quem não quer trabalhar.



Curtir



Comentar

Fonte: acervo pessoal

I - O *post* ratifica a validade do raciocínio dedutivo para se chegar a conclusões gerais.

II - O *post* comprova a importância e a validade do argumento por exemplo ou por ilustração.

III - Há problemas gramaticais no *post*: falta de pontuação e de acento e erro de concordância verbal.

Assinale a alternativa correta.

Resposta Selecionada:

☒ b. Somente a alternativa III é correta.

Respostas:

a. Nenhuma alternativa é correta.

☒ b. Somente a alternativa III é correta.

c. I e III são corretas.

d. I e II são corretas.

e. II e III são corretas.

Comentário Resposta: B

da

resposta:

Comentário: a pessoa tenta fazer uma generalização (base do raciocínio indutivo) para transformar em caso em verdade universal. Trata-se de um defeito de argumentação, pois um exemplo não pode ser tomado como uma prova universal. Falta pontuação no texto, “história” está sem acento e o correto seria “existem”.

Pergunta 4

0,5 em 0,5 pontos



João, gerente de uma agência bancária, escreveu o seguinte *e-mail* a um cliente.

Prezado Sr. Marco Antônio,

Foi observado uma movimentação incomum na sua conta corrente na última semana, onde houveram saques de alto valor. Solicitamos que veri que seu extrato a m de identi car possíveis FRAUDES.

I - Há dois erros de concordância no *e-mail*.

II - O uso de letras maiúsculas, como em FRAUDES, sugere que o enunciador está falando mais alto.

III - No *e-mail*, faltam a despedida e a assinatura.

É correto o que se a rma em:

Resposta Selecionada: ☒ a. I, II e III.

Respostas: ☒ a. I, II e III.

b. I e II.

c. II e III.

d. I e III.

e. III, apenas.

Comentário Resposta: A

da

resposta:

Comentário: há dois erros de concordância. O correto seria: “foi observada” e “houve”. O uso de caixa-alta indica que se aumenta o tom de voz, e faltam elementos constitutivos do gênero, como a despedida e a assinatura.

Pergunta 5

0,5 em 0,5 pontos



Leia o texto, de autoria de Luiz Ruato.

Nossa democracia em xeque

O cenário de intolerância e incapacidade de diálogo que constatamos hoje na sociedade brasileira é um sério sinal de debilidade do nosso sistema político

“Se pensarmos que estamos há 34 anos do fim da ditadura militar e há 29 anos da primeira eleição direta para a Presidência da República, é preocupante observarmos que a nossa democracia já aparenta cansaço e desmotivação. O exercício da democracia pressupõe participação efetiva, ou seja, cidadãos livres que se engajam no debate público, alinhando-se a este ou aquele partido político, que tentará colocar em prática suas ideias ao alcançar o poder. Para isso, são necessários cidadãos livres, partidos políticos, ideias...

Não são cidadãos livres aqueles que não possuem as condições mínimas de sobrevivência: moradia e alimentação. Calcula-se que o déficit habitacional no Brasil chegue a mais de 6 milhões de famílias — e a insegurança alimentar atinge cerca de 52 milhões de brasileiros. Também é muito difícil ser um cidadão livre quem não teve acesso à educação formal, chave que abre as portas de um conhecimento mais sofisticado do mundo. Segundo o Instituto Paulo Montenegro, 27% da população brasileira é analfabeta funcional.

Partidos políticos, ou seja, agremiações que possuem um programa com o qual os eleitores se identificam e que, portanto, os representam ideologicamente, na prática inexistem no Brasil. Segundo recente pesquisa CNI/Ibope, metade dos entrevistados não demonstra simpatia por nenhum partido existente — 19% citaram o PT, 7% o MDB e 6% o PSDB. Para 72% dos entrevistados, o voto é dado ao candidato, independentemente da sigla à qual ele esteja ligado.

Ideias, ninguém as tem. Os políticos brasileiros defendem interesses, não ideias. Segundo resultado da pesquisa CNI/Ibope, mais importante de tudo é que o candidato de predileção acredite em Deus — fato importante para oito em cada dez eleitores... Nesse sentido, a retórica, sempre vazia, tornou-se uma espécie de roupa que os políticos vestem para se apresentar nos palanques. Dependendo do público, usam um ou outro discurso — que serve, apenas, para iludir as massas.

A falta de partidos fortes, que defendam ideias claras, oferecendo soluções racionais para problemas objetivos, empurra nossa política para o colo de líderes personalistas.

O grande perigo para a existência da democracia é o ressentimento, a humilhação, a desesperança — sobre esse tripé alicerçaram-se os fascismos de direita e de esquerda que varreram o mundo na primeira metade do século XX. E o cenário de intolerância e incapacidade de diálogo que constatamos hoje na sociedade brasileira é um sério sinal de debilidade do nosso sistema político.”

Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/15/opinion/1521073446_462021.html.

Acesso em 20 jun. 2018 (com adaptações).

Com base na leitura, analise as afirmativas:

I - A tese do texto é que a desmotivação e o cansaço apresentados pela democracia brasileira advêm do grande número de partidos políticos, pois o excesso de siglas provoca indiferença no eleitor.

II - O texto tem estrutura narrativa, pois remete à história do Brasil.

III - O autor vale-se de dados estatísticos na sua argumentação.

É correto o que se afirma em:

Resposta Selecionada: ☒ e. III, apenas.

Respostas:

- a. I, II e III.
- b. II e III.
- c. I e III.
- d. I e II.

☒ e. III, apenas.

Comentário Resposta: E

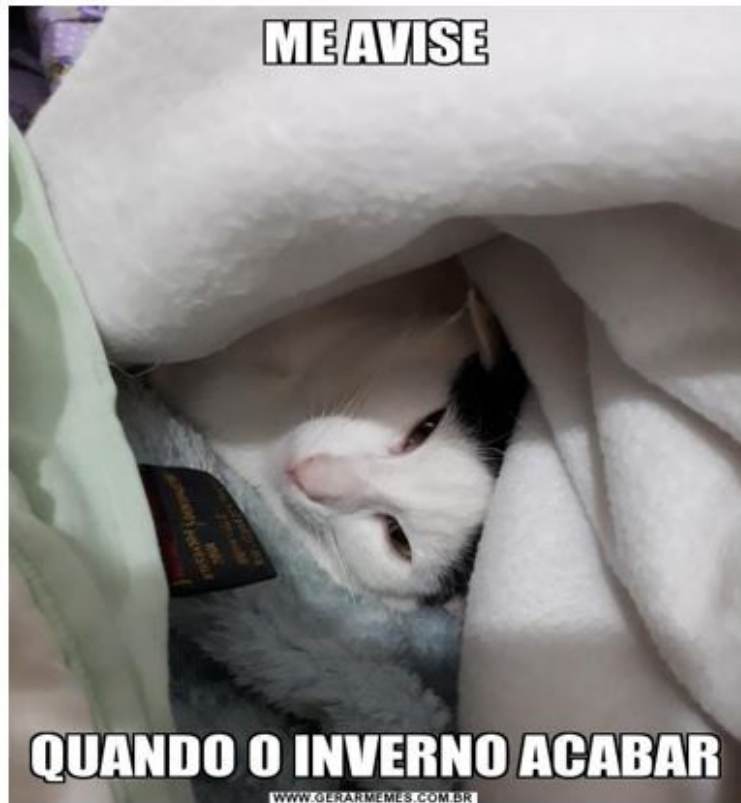
da
resposta: Comentário: o autor defende a tese de que a democracia brasileira é frágil porque faltam partidos políticos fortes, com ideias bem de nidas, e os eleitores decidem seu voto com base nas características pessoais dos candidatos. O texto é um artigo de opinião e tem estrutura dissertativa. Na argumentação, há forte presença de dados estatísticos.

Pergunta 6

0,5 em 0,5 pontos



Considere o texto a seguir e analise as asserções e a relação entre elas.



Fonte: <www.gerarmemes.com.br/meme/662258-me-avise-quando-o-inverno-acabar>.
Acesso em 17 mai. 2019.

I - A combinação da linguagem verbal com a não verbal é uma característica dos memes.

PORQUE

II - Os memes utilizam nível de linguagem informal, por isso o desvio em relação à colocação pronominal do texto apresentado é aceitável.

Assinale a alternativa correta.

Resposta Selecionada: ☒ b. As asserções I e II são verdadeiras, e a II não justifica a I.

Respostas:

a. As asserções I e II são verdadeiras, e a II justifica a I.

☒ b. As asserções I e II são verdadeiras, e a II não justifica a I.

c. A asserção I é verdadeira.

d. A asserção I é falsa.

e. As duas asserções são falsas.

Comentário da resposta:

Resposta: B

Comentário: o meme é normalmente um texto híbrido (combina linguagem verbal e não verbal). Na parte linguística, vale-se da informalidade, por isso o “me avise” do texto é aceitável. As duas asserções são verdadeiras, mas não há relação entre elas.

Pergunta 7

0,5 em 0,5 pontos



Leia o trecho a seguir.

“A ‘sociedade de consumidores’ é um tipo de sociedade (recordando um termo, que já foi popular, cunhado por Althusser) que ‘interpela’ seus membros (ou seja, dirige-se a eles, saúda-os, apela a eles, questiona-os, mas também os interrompe e ‘irrompe sobre’ eles) basicamente na condição de consumidores. [...] Ela avalia – recompensa e penaliza – seus membros segundo a prontidão e adequação da resposta deles à interpelação. Como resultado, os lugares obtidos ou alocados no eixo da excelência/inépcia do desempenho consumista se transformam no principal fator de estratificação e no maior critério de inclusão e exclusão, assim como orientam a distribuição do apreço e do estigma sociais, e também de fatias da atenção do público.”

Fonte: BAUMAN, Z. **Vida para consumo**. São Paulo: Nacional, 2008.

Assinale a alternativa que apresenta uma paráfrase adequada e bem escrita do trecho.

Resposta Selecionada: ☒ b.

De acordo com Bauman, na sociedade dos consumidores, o desempenho consumista do indivíduo é o principal critério para definir sua inclusão ou sua exclusão social.

Respostas:

a.

A sociedade de consumidores busca atrair a atenção do público, onde o desempenho do cidadão, é interpelado, tornando a inclusão e a exclusão um critério para a estratificação social, por meio de saudações.

✓ b.

De acordo com Bauman, na sociedade dos consumidores, o desempenho consumista do indivíduo é o principal critério para definir sua inclusão ou sua exclusão social.

c.

Bauman retoma o conceito de Althusser e afirma que os estigmas sociais, distribuindo apreço, inclusão e exclusão irrompem sobre o público, e chamam a atenção dele.

d.

Os lugares obtidos pelo público na estratificação social indicam a recompensa ou a penalização da interpelação popular, ou seja, a sociedade apela aos consumidores.

e.

A excelência do consumo na sociedade atual dirige-se aos consumidores e isso segundo Bauman, orienta os estigmas sociais e questiona os cidadãos quanto à sua estratificação.

Comentário da resposta:

Resposta: B

Comentário da resposta:

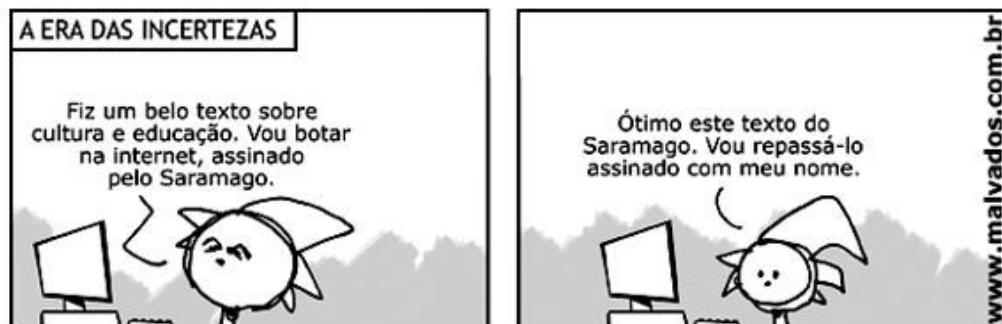
Comentário: Bauman afirma que, na sociedade dos consumidores, a excelência ou a inépcia do desempenho consumista dos indivíduos é o principal critério de estratificação social e de inclusão ou exclusão.

Pergunta 8

0,5 em 0,5 pontos



Leia os quadrinhos a seguir.



Fonte: <http://1.bp.blogspot.com/_H8nf5IO7N14/S_gmofyVXzI/AAAAAAAAABnE/8G9RlpN1Ts0/s1600/a_era_das_incertezas_quadrinhos.gif>. Acesso em 19 jul. 2015.


Com base na leitura e nos seus conhecimentos, analise as alternativas.

I - As facilidades de propagação de informações na sociedade em rede possibilitam a divulgação de textos sem a correta referência, o que invalida a internet como fonte de pesquisa para trabalhos acadêmicos.

II - As redes sociais permitem o compartilhamento de textos sem a checagem de fontes, o que provoca, muitas vezes, a disseminação de informações incorretas.

III - A referência correta a fontes e a redação autoral são duas características essenciais dos textos acadêmicos.

É correto o que se afirma em:

Resposta Selecionada:  b. II e III.

Respostas: a. I, II e III.

 b. II e III.

c. I e III.

d. I e II.

e. III, apenas.

Comentário Resposta: B
da

resposta: Comentário: a possibilidade de referência incorreta ou de informação falsa não invalida a internet como fonte de pesquisa para trabalhos acadêmicos. No entanto, eles devem prezar pela referência precisa e não podem conter plágios.

Pergunta 9

0,5 em 0,5 pontos



Leia a fábula e analise as afirmativas.

O sapo e o escorpião

“Era uma vez um sapo e um escorpião que estavam parados à margem de um rio.

- Você me carrega nas costas para eu poder atravessar o rio? - Perguntou o escorpião ao sapo.

- De jeito nenhum. Você é a mais traiçoeira das criaturas. Se eu te ajudar, você me mata em vez de me agradecer.

- Mas, se eu te picar com meu veneno - respondeu o escorpião com uma voz terna e doce -, morro também. Me dê uma carona. Prometo ser bom, meu amigo sapo.

O sapo concordou.

Durante a travessia do rio, porém, o sapo sentiu a picada mortal do escorpião.

- Por que você fez isso, escorpião? Agora nós dois morreremos afogados! - disse o sapo.

E o escorpião simplesmente respondeu:

- Porque esta é a minha natureza, meu amigo sapo. E eu não posso mudá-la.”

Fonte: <<https://www.recantodasletras.com.br/fabulas/5377500>>. Acesso em 20 abr. 2019.

I - Trata-se de um texto com estrutura argumentativa, que defende a tese de as pessoas não se livram da sua natureza.

II - O texto é predominantemente gurgativo, pois prevalecem os elementos concretos.

III - O tema do texto é “O sapo e o escorpião”.

É correto o que se afirma em:

Resposta Selecionada: ☒ e. II, apenas.

Respostas:

a. I, II e III.

b. II e III.

c. I e II.

d. I e III.

☒ e. II, apenas.

Comentário da resposta:

Resposta: E

Comentário: a fábula tem estrutura narrativa e é um texto gurgativo, pois trabalha com elementos concretos. “O sapo e o escorpião” é o título do texto, não seu tema.

Pergunta 10

0,5 em 0,5 pontos



Leia os quadrinhos e analise as afirmativas.



Fonte: <<https://exercicios.mundoeducacao.bol.uol.com.br/exercicios-sica/exercicios-sobre-as-leis-newton.htm>>. Acesso em 20 abr. 2019.

I - O objetivo dos quadrinhos é denunciar o plágio, prática que, embora comum em trabalhos escolares, é crime.

II - Infere-se que o professor solicitou a Calvin uma paráfrase das Leis de Newton.

III - O personagem valeu-se da ambiguidade da expressão “suas palavras” para livrar-se da lição.

É correto o que se afirma em:

Resposta Selecionada: ☒ c. II e III.

Respostas:

a. I, II e III.

b. I e II.

☒ c. II e III.

d. I e III.

e. III, apenas.

Comentário da resposta:

Resposta: C

Comentário: o professor solicitou que o menino explicasse as leis da Física com uma redação autoral, ou seja, pediu que elezesse uma paráfrase delas. A expressão “suas palavras” pode ser compreendida de duas formas, o que possibilitou a “brecha” para que Calvin escapasse da lição. Ele não plagiou a resposta; ele inventou suas próprias palavras.

